# ESCOLA E FAMÍLIAS: PARCEIRAS NO PROCESSO EDUCATIVO?

Maria Cristina PIANA

Universidade Estadual Paulista – Unesp FCHS campus Franca

cristina.piana@unesp.br

Lúcia Parecida PARREIRA

Centro Universitário Barretos – UniBarretos

lucia@unibarretos.com.br

Eixo 07 - Educação, desenvolvimento e aprendizagem.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais. Escola. Famílias.

**Resumo**

A relação entre família e escola é um assunto contemporâneo nos debates educacionais, especialmente diante das transformações sociais, econômicas e culturais que atravessam a sociedade brasileira. Este artigo tem como objetivo refletir a construção da parceria entre essas duas instituições fundamentais ao desenvolvimento humano e no processo de ensino e aprendizagem das crianças. Trata-se de um estudo bibliográfico, numa perspectiva crítica da política educacional brasileira, considerando as mudanças ocorridas nas configurações familiares e nas demandas direcionadas à escola pública. Discute-se ainda a necessidade de fortalecimento de práticas dialógicas, democráticas e interdisciplinares capazes de favorecer vínculos mais humanizados entre família e escola. Os resultados apontam que o distanciamento entre essas instituições não pode ser analisado de forma isolada ou moralizante, mas deve ser compreendido a partir das determinações históricas, sociais e econômicas que interferem no cotidiano das famílias e das escolas. Conclui-se que o fortalecimento dessa relação exige políticas públicas efetivas, valorização da educação pública, formação continuada dos profissionais da educação, famílias participativas no desempenho escolar de seus filhos e construção de estratégias institucionais pautadas no acolhimento, no respeito à diversidade e na participação coletiva.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais. Escola. Famílias.

## 1. Introdução

As transformações ocorridas na sociedade contemporânea têm provocado impactos significativos nas diferentes instituições sociais, especialmente na família e na

escola. Ambas têm posição estratégica no processo de desenvolvimento humano, formação social e construção de valores, sendo constantemente convocadas a responder às demandas produzidas pelas mudanças econômicas, políticas, culturais e tecnológicas da atualidade.

Os debates acerca do diálogo entre famílias e escola é algo recente visto que nas últimas décadas há o consenso da real importância dessa relação visando garantir processos de ensino e aprendizagem necessários e inclusivos. Entretanto, em muitos contextos educacionais, as famílias passaram a ser responsabilizadas pelo baixo rendimento escolar, pelos problemas disciplinares e pelas dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Por outro lado, as famílias também demonstram insatisfação em relação às respostas oferecidas pela escola diante das demandas sociais e educacionais contemporâneas.

A aproximação entre família e escola tem sido apresentada como elemento essencial para o fortalecimento do processo educativo, como apresentam Caetano e Yaegashi (2024, p. 13): “Todo processo de construção de uma parceria entre a família e a escola fundamenta-se na necessidade de oferecer à criança uma formação adequada”. Entretanto, essa relação nem sempre ocorre de maneira harmoniosa. Frequentemente é marcada por conflitos, cobranças mútuas, expectativas frustradas e ausência de diálogo efetivo. Tais questões evidenciam a necessidade de compreender essa temática para além de análises simplificadoras que culpabilizam exclusivamente uma das partes.

Dessa forma, este estudo objetiva refletir a construção da parceria famílias e escola diante do desenvolvimento das crianças e o processo de ensino e aprendizagem. Tem-se grandes desafios e as possibilidades presentes na relação entre família e escola na contemporaneidade, considerando as transformações societárias, as mudanças nas configurações familiares e os limites impostos pela política educacional brasileira. Busca-se ainda refletir sobre a necessidade de práticas institucionais que fortaleçam vínculos, promovam a participação democrática e contribuam para uma educação pública de qualidade.

A relevância deste estudo está relacionada à necessidade de compreender concepções marcadas historicamente acerca das famílias e da escola, considerando ambas como instituições sociais marcadas por contradições e influenciadas pelas determinações do modo de produção capitalista. Capitalismo este “como um regime econômico e social onde o capital, fonte de renda, normalmente não pertence aos que o produzem mediante seu trabalho” (Ziegler, 2021). É possível afirmar que a participação efetiva da família na escola pode gerar estratégias para aprimorar essa relação, promovendo o sucesso acadêmico, o bem-estar emocional e a formação de cidadãos conscientes e participativos. Essa abordagem está alinhada com o paradigma da Proteção

Integral às Infâncias presente na legislação brasileira, que prioriza os direitos fundamentais das crianças e divide as responsabilidades entre Estado, Família e Sociedade (Brasil, 1990), em contraposição à antiga Doutrina da Situação Irregular (Código de Menores, 1979).

## 2. As transformações sociais e os impactos na família contemporânea

A família, enquanto instituição social, não pode ser compreendida de maneira naturalizada ou estática. Sua constituição histórica está diretamente relacionada às transformações econômicas, políticas e culturais vividas pela sociedade ao longo do tempo. Nesse sentido, as diferentes configurações familiares observadas na contemporaneidade expressam mudanças profundas nas formas de organização social, nas relações de trabalho e nos modos de vida.

Segundo Engels (2010), a família acompanha o desenvolvimento da sociedade, sofrendo alterações conforme as mudanças nos processos históricos e nas relações sociais estabelecidas em cada período. Assim, compreender a família contemporânea exige reconhecer que ela é resultado de construções históricas e sociais, e não um modelo único ou universal.

No entendimento de Teixeira (2018, p. 55) “a família não é uma instituição natural, mas social e histórica, podendo assumir configurações diversificadas em sociedades ou no interior de uma mesma sociedade, conforme as classes e grupos sociais heterogêneos”. E ainda, a autora nega a “naturalização da divisão sexual do trabalho, dos papeis, da identificação do grupo conjugal como forma básica elementar de toda família [...]” (p. 55).

Na realidade brasileira, muitas famílias convivem diariamente com os impactos das desigualdades sociais, do desemprego, da precarização do trabalho e da intensificação das demandas econômicas. A inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho, muitas vezes em jornadas exaustivas, modificou significativamente a dinâmica familiar, ao mesmo tempo em que não eliminou as responsabilidades historicamente atribuídas às mulheres no cuidado com os filhos e com a organização doméstica.

Além disso, novas configurações familiares passaram a ocupar maior visibilidade social, como famílias monoparentais, recompostas, extensas e chefiadas por mulheres. Apesar disso, ainda persistem discursos idealizados acerca da chamada família nuclear tradicional, frequentemente utilizada como referência normativa para julgar outras formas de organização familiar.

Essas transformações produzem impactos diretos na relação entre família e escola. Muitas vezes, as instituições escolares mantêm expectativas incompatíveis com a

realidade vivenciada pelas famílias, desconsiderando suas condições objetivas de vida, seus limites materiais e suas múltiplas formas de organização.

Nesse contexto, torna-se fundamental superar concepções moralizantes que classificam determinadas famílias como “desestruturadas” ou “desinteressadas”, reconhecendo que grande parte das dificuldades enfrentadas decorre das expressões da questão social e das desigualdades produzidas pela sociedade capitalista. A questão social é definida pelo “conjunto de problemas econômicos, socias, políticos, culturais e ideológicos que cercam a emersão da classe operária como sujeito sociopolítico no marco da sociedade burguesa” (Braz, 2017, p. 298).

## 3. A escola e os desafios da educação pública brasileira

A escola constitui-se historicamente como espaço de socialização, produção de conhecimentos e formação humana. Entretanto, sua trajetória no Brasil foi marcada por profundas desigualdades de acesso e permanência, refletindo os interesses políticos e econômicos predominantes em cada período histórico.

Durante muito tempo, a educação escolar esteve restrita às elites, excluindo amplos segmentos da população brasileira, especialmente negros, pobres e trabalhadores. A expansão do acesso à escola pública ocorreu de forma tardia e, em muitos momentos, sem o investimento necessário para garantir qualidade no processo educativo.

Na contemporaneidade, a escola pública enfrenta inúmeros desafios relacionados às condições de trabalho docente, à falta de investimentos, à precarização estrutural, às desigualdades sociais e às exigências cada vez mais complexas atribuídas à instituição escolar.

Além da responsabilidade pelo ensino formal, a escola passou a assumir demandas relacionadas à proteção social, mediação de conflitos, enfrentamento das violências, acolhimento emocional e atendimento de múltiplas expressões da questão social presentes no cotidiano dos estudantes.

Nesse cenário não se pode negar como o discurso neoliberal cria um movimento de responsabilização individual e familiar pelos problemas enfrentados pela escola. Questões relacionadas ao desempenho acadêmico, promovendo a meritocracia, comportamento e participação dos estudantes são, muitas vezes, atribuídas exclusivamente à ausência familiar, desconsiderando fatores estruturais que interferem no processo educativo.

Ao mesmo tempo, muitas famílias sentem-se distantes da escola, seja pelas experiências negativas vividas em sua trajetória escolar, pelas dificuldades de participação decorrentes da rotina de trabalho ou pela ausência de práticas institucionais

verdadeiramente acolhedoras. Na afirmação da Iamamoto (2010, p. 32), “a família enquanto instituição social, cumpre papel central na reprodução da força de trabalho e socialização dos indivíduos, mas está condicionada pelas estruturasse econômicas e sociais da sociedade capitalista”.

Nesse sentido, famílias e escola não podem ser compreendidas isoladamente, pois são partes integrantes da totalidade social. A escola representa um espaço de superestrutura ideológica, enquanto as famílias estão ligadas à reprodução material da força de trabalho. Assim, ambas são condicionadas pelas relações de classe e pelas condições econômicas vigentes. A dialética entre famílias e escola ocorre nesse contexto de mediação, onde as práticas e expectativas de cada uma são atravessadas pelas condições históricas e materiais da sociedade capitalista. Com isso, tensões, expectativas não correspondidas e dificuldades de comunicação, evidenciam a necessidade de construção de espaços democráticos de diálogo e participação.

## 4. A relação família e escola: contradições e possibilidades

A relação entre família e escola é marcada por aproximações e distanciamentos que expressam as contradições presentes na sociedade contemporânea. Embora ambas as instituições compartilhem responsabilidades no processo de formação dos indivíduos, suas funções específicas nem sempre estão claramente definidas.

Diversas pesquisas apontam que a participação da família na vida escolar pode contribuir para o fortalecimento do desempenho acadêmico, da autoestima e do vínculo dos estudantes com a escola. Entretanto, essa participação não deve ser reduzida à presença em reuniões escolares ou ao acompanhamento das tarefas de casa.

Muitas vezes, a ausência dos responsáveis em atividades escolares é interpretada como desinteresse ou negligência, sem que sejam considerados os fatores sociais, econômicos e culturais que dificultam essa participação. Jornadas extensas de trabalho, dificuldades financeiras, baixa escolarização e experiências anteriores de exclusão escolar constituem elementos que interferem diretamente na relação estabelecida com a instituição escolar.

Por outro lado, também é necessário reconhecer que a escola nem sempre está preparada para acolher as famílias de maneira democrática e respeitosa. Em diversas situações, prevalecem práticas autoritárias, discursos moralizantes e intervenções pautadas em julgamentos que contribuem para o afastamento das famílias.

Dessa forma, o fortalecimento da relação família e escola exige a construção de práticas dialógicas capazes de reconhecer as particularidades dos sujeitos envolvidos, valorizando suas experiências, saberes e condições concretas de vida.

A participação da família deve ser compreendida como processo coletivo e democrático, fundamentado no diálogo, no respeito às diferenças e na corresponsabilidade pela formação humana. Isso implica superar práticas institucionais centradas apenas na cobrança e na transferência de responsabilidades.

Também se torna fundamental a atuação de equipes multiprofissionais no contexto escolar, especialmente profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, capazes de contribuir para a mediação de conflitos, fortalecimento de vínculos e desenvolvimento de estratégias de aproximação entre família e escola. Afirmação essa pautada na Lei nº 13.935/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica, a fim de atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas educacionais.

O fortalecimento da relação entre família e escola não depende exclusivamente do esforço individual de professores, gestores ou responsáveis. Trata-se de uma questão que exige investimento em políticas públicas comprometidas com a garantia do direito à educação de qualidade.

A valorização da educação pública pressupõe condições adequadas de trabalho, formação continuada dos profissionais, ampliação das equipes multiprofissionais e construção de estratégias institucionais que favoreçam a participação democrática das famílias.

Nesse sentido, o trabalho interdisciplinar apresenta-se como importante possibilidade de enfrentamento das demandas contemporâneas presentes no espaço escolar. A atuação integrada entre diferentes profissionais possibilita uma compreensão mais ampla das situações vivenciadas pelos estudantes e suas famílias, evitando análises reducionistas e culpabilizadoras.

O/a assistente social, por exemplo, pode contribuir significativamente para a mediação entre família e escola, atuando na perspectiva da garantia de direitos, fortalecimento da participação social e enfrentamento das desigualdades que interferem no acesso e permanência dos estudantes na educação. Da mesma forma, a Psicologia e a Pedagogia exercem papel fundamental na construção de estratégias de acolhimento, orientação e fortalecimento dos processos educativos.

O trabalho interdisciplinar consiste numa estratégia pedagógica para integrar diferentes áreas do conhecimento, possibilitando uma compreensão mais ampla e significativa dos conteúdos trabalhados no contexto educacional.

Dessa forma, o desenvolvimento de práticas interdisciplinares na escola, tais como a Psicologia, Serviço Social e Pedagogia exige diálogo, intencionalidade pedagógica e comprometimento institucional, para que a interdisciplinaridade não se reduza a ações

pontuais ou de ações profissionais, mas se consolide como uma prática educativa crítica, integrada e transformadora.

É importante destacar que a aproximação entre família e escola não deve ocorrer apenas em momentos de crise, conflitos disciplinares ou dificuldades de aprendizagem. A construção de vínculos sólidos exige ações permanentes, pautadas na escuta, no diálogo e na valorização dos sujeitos envolvidos.

## 5. Conclusões

A análise da relação entre família e escola evidencia a complexidade dos desafios enfrentados por essas instituições na contemporaneidade. Ambas estão inseridas em uma sociedade marcada por desigualdades sociais, intensificação das demandas cotidianas, precarização das condições de vida e fragilização dos vínculos sociais.

Nesse contexto, torna-se inadequado atribuir exclusivamente às famílias ou à escola a responsabilidade pelos problemas educacionais vivenciados pelos estudantes. O distanciamento entre essas instituições deve ser compreendido a partir das determinações históricas, econômicas, políticas e culturais que atravessam a sociedade brasileira.

A família contemporânea enfrenta múltiplos desafios relacionados à sobrevivência, ao trabalho, às transformações nas relações sociais e às exigências impostas pelo modelo societário vigente. Da mesma forma, a escola pública convive com limitações estruturais, ausência de investimentos suficientes e ampliação constante de suas responsabilidades.

Diante disso, fortalecer a relação entre família e escola exige superar discursos culpabilizadores e construir práticas pautadas no diálogo, no acolhimento e na corresponsabilidade. É necessário reconhecer as famílias como sujeitos de direitos e parceiras no processo educativo, respeitando suas particularidades e condições objetivas de vida.

Também se faz indispensável investir em políticas públicas que fortaleçam a educação pública, valorizem os profissionais da educação e ampliem as possibilidades de atuação interdisciplinar nas instituições escolares. Segundo Behring e Boschetti (2006), as políticas públicas sociais podem ser compreendidas como intervenções e estratégias elaborados pelo Estado com a finalidade de responder às diferentes manifestações da questão social, expressando as contradições existentes nas relações entre Estado, sociedade e classes sociais.

Em suma, pode-se afirmar que a construção de uma relação mais próxima, dialógica, democrática e humanizada entre família e escola é um caminho necessário para o fortalecimento dos processos educativos e para a garantia de uma formação crítica, emancipatória e comprometida com a transformação social.

## 6. Referências

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BRAZ, Marcelo. **José Paulo Netto**: ensaios de um marxista sem repouso. (org.). São Paulo: Cortez, 2017.

CAETANO, Luciana Maria; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo (orgs). **Relação família escola**: diálogos interdisciplinares para a formação da criança. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2024.

CENPEC. **Educação e participação**: parceria entre família e escola. São Paulo: Cenpec, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social**: identidade e alienação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do ensino**: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Fundamentos teórico-metodológicos do trabalho social com famílias**. *In:* TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho Social com famílias: no âmbito das políticas públicas (org.). Campinas/SP: Papel Social, 2018.

ZIEGLER, Jean. **O capitalismo explicado às crianças**. São Paulo: Cortez, 2021.